

**ATA DA 68ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

DATA: 16 e 17/11/2004

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (fernando.cabral@integraaoo.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: Ana Sallet Pereira Marques (anasallet@dnpm.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (mrrcarv@furnas.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)
Comitês: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@serhs.sp.gov.br)
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br)
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@alternex.com.br)
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: (ausência)

CONVIDADOS:

Ana Maria Gennari – DAEE-SP (amgennari@sp.gov.br)
Ana Paula Cattini Braga Sampaio – ANA (ana.cattini@ana.gov.br)
Cristina Campos Esteves – DNPM (cristinacampos@dnpm.gov.br)
Daniela Gurgel de Amorim – CHESF (danielag@chesf.gov.br)
Francis Priscilla Vargas Hager – SRH/MMA (francis-priscilla.hager@mma.gov.br)
Gerson Ricardo Narcizo – MPOG (gerson.narcizo@planejamento.gov.br)
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@em.net.com.br)
Valter Otaviano Jr. – AGU/MMA

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 16/11/2004

Início: 10h20

Término: 17h40

Às dez horas e vinte minutos do dia dezesseis de novembro de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 68ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Informou sobre o cancelamento do item 7 da pauta, por impossibilidade da presença do palestrante. Noticiou sobre a realização da XV Reunião Extraordinária do CNRH, com pauta exclusiva para deliberar sobre o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, além da XII Reunião Ordinária, com data prevista para meados de dezembro. Referindo-se ao Projeto do São Francisco, a Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que todos os Conselheiros do CNRH deveriam ter recebido um documento de apelo do Fórum de Defesa do São Francisco. Fez então a leitura do documento (**Anexo II**) destacando, ao final, o questionamento trazido sobre o encaminhamento dado ao citado Projeto no CNRH. Manifestou sua discordância com a ausência de análise preliminar do Projeto no âmbito das Câmaras Técnicas, indicando-a como uma decisão contrária à cultura vigente no Conselho. Disse reconhecer o posicionamento dos representantes do Governo Federal pelo fechamento da questão por parte da Administração Federal, que não excluía a posição dos demais membros do CNRH contrários à forma como a proposição foi encaminhada ao Plenário. Propôs a elaboração de documento de manifestação de membros da CTIL em repúdio ao procedimento adotado no

CNRH para análise do Projeto, que não se configuraria em documento de manifestação da Câmara Técnica. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que a Secretaria Executiva deveria receber o documento, mas que a CTIL não poderia se sobrepor a uma decisão da Plenária do CNRH, que havia definido pela data de 30 de novembro próximo para debate do tema em reunião exclusiva. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que a configuração de maioria de representantes do Governo Federal na composição do Conselho poderia tornar inócua uma votação sobre o Projeto. Indicou que o assunto deveria ser exaustivamente discutido no âmbito das Câmaras Técnicas e, dessa forma, os Conselheiros informados de todas as suas nuances. Apontou como um momento lamentável para esta CTIL que a decisão tenha sido pela não apreciação do assunto no âmbito das Câmaras. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) solicitou registro da sua concordância com as manifestações da Sra. Ninon Machado (ONGs) e da Sra. Cristina Yuan (Indústria). Disse que na concepção do Projeto deveria ter sido considerado que, em 2007, conforme anunciado pelo setor elétrico, existiria a previsão de um colapso no suprimento de energia elétrica no Nordeste, mantido o nível atual da Represa de Sobradinho. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), referindo-se aos debates ocorridos durante a XIV Reunião Extraordinária, solicitou registro que a argumentação para o não encaminhamento do Projeto às CTs do CNRH havia sido baseada no art. 39, que não seria uma regra geral, mas excepcional. E ainda, que o art. 14 estabelecia procedimento para o caso de requerimentos de urgência não aprovados. Destacou também a importância da competência das CTs, prevista no § 1º, art. 12, do Regimento Interno do CNRH, de compatibilizar as propostas de resolução do CNRH à legislação pertinente. Ou seja, o exame dos aspectos de legalidade e de legitimidade das matérias em apreciação no Conselho será realizado com o debate no âmbito das CTs. Finalizou dizendo que, no seu entendimento, a decisão do CNRH havia se configurado em desrespeito, uma inobservância às competências legais dos Comitês. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) destacou o caráter polêmico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional além de suas constantes alterações. Lamentou que, para o caso em questão, a decisão política tenha se sobreposto à técnica. Externou seu repúdio à forma de encaminhamento adotada para o Projeto no CNRH, configurada como uma falta de respeito às Câmaras Técnicas, em especial esta CTIL. Alertou sobre o precedente que poderia ser aberto com essa atitude. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA) disse que uma análise do EIA-RIMA do Projeto evidenciaria que a água pretendida no Projeto não seria utilizada apenas para consumo humano ou dessedentação animal. Relatou que as consultas públicas recém realizadas no âmbito da bacia haviam mostrado que 100% da sociedade se posicionava contrariamente. Falou que o CNRH não estaria adotando uma atitude democrática e que a decisão tomada havia gerado uma falta de credibilidade na bacia para com o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A Sra. Daniela Amorim (CHESF) esclareceu que a CHESF não tem se posicionado de forma contrária ao Projeto do São Francisco nos fóruns de discussão em que tem participado. O Sr. José Cupertino (ABINAM) disse que, no governo atual, a sociedade teria que impor ao governo transparência em suas ações. Ressaltou que os argumentos apresentados pelas partes seriam convincentes, mas deveria ser respeitada a hierarquia com relação à Plenária. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse que o Regimento Interno havia sido descumprido na reunião, configurando-se um ato ilegal, e que a esta CTIL caberia uma manifestação sobre a situação conformada. O Sr. Ademar Veiga (ANA) destacou o caráter soberano da decisão da Plenária. Havendo dúvidas quanto à legalidade das ações, complementou, caberia encaminhamento ao Secretário Executivo do CNRH indicando a contrariedade. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ponderou que as manifestações seriam registradas na ata da reunião, mas que à CTIL caberia respeitar a decisão tomada pela Plenária do Conselho. Passou-se então ao item 2 de pauta: aprovação da ata da 67ª reunião da CTIL, o que ocorreu com as modificações solicitadas pela Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), Sra. Ana Paula Cattini (ANA), Sr. Ademar Veiga (ANA) e Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica). A Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou que o item 8 da pauta fosse debatido no dia de hoje da reunião e o item 9, no segundo dia. A proposta foi aceita. O item 3 também foi agendado para o segundo dia, período da manhã. Dando continuidade, em atendimento a outras solicitações de inversão, passou-se ao item 6 de pauta: análise da regulamentação de aspectos da Lei nº 10.881, de 2004. O Sr. Ademar Veiga (ANA) informou que havia sido formado GT para análise do assunto, sob sua coordenação. Para início dos trabalhos, disse, fora por ele elaborado documento (**Anexo III**) listando os pontos considerados relevantes da Lei nº 10.881, de 2004, e em seguida, solicitado aos membros do GT o envio de contribuições, o que não ocorreria. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou a verificação da participação de representante das ONGs no GT. Opinou pela integração de

representante do Ministério do Planejamento, que teve participação ativa na consecução do contrato de gestão entre a ANA e a AGEVAP. O Sr. Ademar Veiga (ANA) aquiesceu, ponderando que o sugerido deveria ocorrer em momento mais adiantado dos trabalhos do GT. A Sra. Patrícia Boson (Indústria), por sua vez, citou a importância da participação de representante da AGEVAP, para contribuir com as questões práticas de um contrato de gestão. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou ao coordenador do GT que fossem acatadas as sugestões de participação. O Sr. Ademar Veiga (ANA) informou que o citado contrato de gestão já estaria em execução, não sendo verificados, até o momento, prejuízos pela ausência de regulamentação de algum aspecto da Lei nº 10.881, de 2004. Sugeriu que o GT deveria se ocupar de uma abordagem da regulamentação da Lei voltada para a busca de um auxílio ao processo que está em andamento. Pelas citações anteriores ao Ministério do Planejamento, o Sr. Gerson Narcizo (MPOG) informou que havia sido designado pela Conselheira Raquel (MPOG) para acompanhar os trabalhos da CTIL e estava se inteirando sobre os temas em debate. Portanto, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) encaminhou o convite ao Sr. Gerson Narcizo (MPOG) para participação no Grupo de Trabalho. Foram então encerrados os debates sobre esse item de pauta e o Sr. Ademar Veiga (ANA) se comprometeu a analisar a possibilidade de um novo encaminhamento para a próxima reunião. Passou-se então ao item 5: relato dos trabalhos do GT incumbido da elaboração da minuta de proposta de Resolução conforme art. 5º da Resolução CNRH nº 41, de 2004. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês), coordenador do GT, informou sobre o encaminhamento, para essa reunião, de uma nova proposta de documento (**Anexo IV**) incorporando as contribuições recebidas. Historiou que, durante os debates da Resolução CNRH nº 41, nesta CTIL, fora levantada a questão das UHEs instaladas em rios de domínio dos Estados, cujos recursos da cobrança referentes aos 0,75% do setor elétrico seriam arrecadados diretamente para a União, não ficando caracterizada, em momento posterior, sua aplicação na bacia de origem. A intenção da proposta de resolução, complementou, seria discriminar essas situações quando da priorização da aplicação dos respectivos recursos, elegendo os conselhos estaduais pertinentes como representantes dos comitês para as articulações necessárias. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) observou que na reunião anterior havia-se decidido pela abordagem apenas da articulação prevista no art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) lembrou a importância da adequação do documento aos tempos e prazos da proposta de orçamento da União. O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) lembrou da pertinência do encaminhamento de uma modificação do art. 5º da Resolução CNRH nº 41, mantendo-se somente a referência à articulação prevista no art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs então o início dos debates sobre o texto da proposta de resolução, inicialmente com foco no § 4º supracitado. Durante as discussões, foi solicitado ao Sr. Gerson Narcizo (MPOG) que fossem informadas, em momento posterior, as datas da definição da programação orçamentária do MPOG para o exercício de 2006. Os debates foram suspensos com pausa para almoço, às 12h30. O retorno ocorreu às 14h30, quando a Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou a palavra para informar sobre sua solicitação, encaminhada durante a XV Reunião Extraordinária do CNRH, para que a Resolução CONAMA nº 20, de 1986, em revisão no âmbito daquele Conselho, fosse formalmente debatida no âmbito do CNRH, tendo em vista que o enquadramento é instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. Citou pontos da Resolução CONAMA nº 20 que mereceriam ser analisados também sob o enfoque da gestão de recursos hídricos. Opinou que não haveria questionamentos quanto às classes, mas ao enquadramento proposto, o qual, na gestão de recursos hídricos, seria entendido como uma meta a ser atingida, enquanto na gestão ambiental seria visto sob a lógica do comando-controle. Questionado pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sobre a forma de ação a ser adotada para debate sobre a possibilidade de se dirimir os conflitos de competência evidenciados, o Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA) teceu comentários sobre as possibilidades, com base no seu parecer sobre questão correlata, **Anexo V**. Sugeriu que fosse encaminhada solicitação formal de elaboração de parecer à CONJUR/MMA. O Sr. Ademar Veiga (ANA) ponderou que o tema diria respeito à política administrativa do MMA, muito mais do que uma interpretação legal da norma. A Sra. Ninon Machado (ONGs) ressaltou que a Resolução CONAMA nº 20 precedia a CF de 1998 e a própria Lei nº 9.433, de 1997, quando todo um contexto jurídico sobre a gestão de recursos hídricos havia se formado e que, portanto, deveria haver uma interlocução mais objetiva ao CONAMA. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) informou que, em reunião do CONAMA, haviam sido apresentadas emendas à Resolução em apreço e criada uma comissão de sistematização para sua consolidação, com retorno para a reunião agendada nos dias 14 e 15 de dezembro próximo.

Questionou a forma de inserção do CNRH nos debates sobre a Resolução. Opinou que, como os dois Conselhos seriam vinculados ao MMA, caberia uma solução administrativa interna, que deveria ocorrer em momento anterior à provável aprovação da revisão da Resolução. O Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA) salientou a existência de normatização do CNRH sobre o instrumento do enquadramento, a Resolução CNRH nº 12, de 2000. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) opinou que, uma vez identificados na Resolução os itens com possíveis conflitos de competência, a simples solicitação de sua exclusão abalaria a íntegra do documento do CONAMA. Após novas considerações, ficou definida a elaboração de ofício de encaminhamento dos questionamentos levantados nesta reunião à CONJUR/MMA, com solicitação de emissão de parecer para subsidiar os debates subseqüentes na CTIL. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) foi incumbida de elaborar uma minuta do ofício, que será discutido em momento posterior desta mesma reunião. Retornou-se em seguida ao item 5 de pauta, diretamente para discussão do texto da proposta de resolução. Durante os debates, a Sra. Cristina Yuan (Indústria) destacou que, para a questão trazida por esta resolução, precisaria ser considerada toda a sustentabilidade do SINGREH, tendo em vista que os recursos dos 0,75% provenientes do setor elétrico financiariam praticamente todas as ações da ANA e da SRH/MMA. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) se referiu ao Ofício CTCOB nº 052/2004 (**Anexo VI**), encaminhado pelo Grupo de Trabalho criado pela Resolução CNRH nº 41, de 2004, com a finalidade de acompanhar a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2005 – LOA-2005. Apontou discrepâncias entre os valores priorizados na Resolução CNRH nº 41, de 2004, e os efetivamente indicados para as ações na LOA-2005, conseqüência de contingenciamentos impostos. Disse que o Governo Federal deveria se ocupar em tornar efetivas as deliberações contidas nas Resoluções CNRH nº 41 e 35. A Sra. Ninon Machado (ONGs) ressaltou os esforços envidados no passado para a redução dos percentuais contingenciados dos recursos da cobrança. Lembrou que os impactos das ações de contingenciamento serão sentidos no futuro e que os responsáveis deveriam ser alertados por tanto. O Sr. Ademar Veiga (ANA) destacou que, nesse sentido, o sistema de gerenciamento de recursos hídricos vinha sendo construído com a participação da sociedade, contando com progressos recentes, como a publicação da Lei nº 10.881, de 2004. Indicou ainda o PL nº 1.616, de 1999, como um instrumento para a busca de novos avanços. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) alertou para a necessidade de integração das políticas de saneamento, saúde, educação, meio ambiente, entre outras, tendo em vista que o tema água estaria implícito em programas e projetos dessas diferentes áreas. Ainda durante os debates, foi verificado impasse quanto a pertinência da proposta de resolução em questão. Foi acatada a proposta do Sr. Jessé Costa (CERH-SE) de elaboração de duas propostas de resolução distintas, uma para cada um dos diferentes domínios da água. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) lembrou das atividades previstas para o GT interministerial criado por Portaria conjunta dos ministérios envolvidos. Solicitou ainda que fosse providenciada cópia da proposta de resolução encaminhada a esse GT por decisão da Plenária do CNRH. Após essas colocações, os debates sobre o item 5 foram suspensos, com continuidade para o dia seguinte da reunião. Retornou-se então ao item 8 de pauta, com a apreciação da proposta de ofício à CONJUR/MMA, elaborada pela Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), para solicitação de parecer sobre a Resolução CONAMA nº 20. Após debates, foi aprovado o texto final do ofício (**Anexo VII**), que deverá ser encaminhado ao Secretário Executivo do CNRH com solicitação de envio à CONJUR/MMA. Foram então encerrados os trabalhos do primeiro dia dessa 69ª reunião da CTIL, às 17h40.

DATA: 17/11/2004

Início: 9h25

Término: 17h10

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de novembro de 2004, foi dado início ao segundo dia da 69ª reunião da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) anunciou a publicação do Decreto nº 5.263, de 2004, que altera a redação do Decreto nº 4.613, de 2003, de forma a permitir que as despesas de deslocamento e estada dos representantes das organizações civis de recursos hídricos constantes dos incisos II e III do § 4º, art. 2º, do Decreto nº 4.613, de 2003, possam ser pagas à conta de recursos orçamentários do MMA. A Sra. Ninon Machado (ONGs) aproveitou a oportunidade para agradecer o empenho da Ministra Marina Silva e do Secretário João Bosco Senra para a publicação desse Decreto, reconhecidas as limitações enfrentadas. Opinou que não deveriam ser beneficiários de despesas de estada as entidades integrantes de projetos em suas bacias de origem. Ressaltou o sentido do Decreto de fortalecer a participação da sociedade civil nas atividades do CNRH, além das repercussões dessa alteração, já em pauta para discussão no CEIVAP. Relatou que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU recomendaria esta ação de

248 apoio, traduzida como um fato importante para o fortalecimento do País e de grande
249 repercussão no cenário internacional. Disse que o segmento das ONGs pretendia que essa
250 ação trouxesse repercussões no âmbito das demais entidades do SINGREH, em especial a
251 participação da sociedade civil nas atividades dos comitês de bacia. O Sr. Julio Thadeu
252 Kettelhut (SRH/MMA), em prosseguimento, apresentou para apreciação uma proposta de
253 alteração do Regimento Interno do CNRH de forma a abrigar as modificações trazidas pelo
254 Decreto nº 5.263, de 2004. Após debates, o texto foi aprovado com modificações (**Anexo**
255 **VIII**) e solicitado seu encaminhamento para deliberação superior da plenária do CNRH e
256 publicação por Portaria da Sra. Ministra do Meio Ambiente. Retornou-se então ao item 5 de
257 pauta. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) relatou que, conforme acordado no dia
258 anterior, fora solicitado conhecimento de todos da proposta de resolução (**Anexo IX**) não
259 acatada na pauta da X Reunião Ordinária do CNRH, de 1º de dezembro de 2003, para
260 continuidade da proposta de resolução motivo desse item de pauta. Inclusive na ocasião,
261 lembrou, fora criado GT com a incumbência de debater os percentuais a serem propostos
262 para distribuição dos recursos provenientes dos 0,75% da cobrança junto ao setor elétrico.
263 Antes de iniciar os debates, solicitou atenção para a importância de serem colhidos avanços,
264 mesmo que não atingidas as situações idealizadas. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) lembrou do
265 consenso do dia anterior de elaboração de resoluções distintas para os diferentes domínios
266 da água. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) objetou que tal proposta poderia
267 provocar percalços na aprovação da resolução. A idéia inicial, reforçou, seria trazer os
268 comitês de rios de domínio estadual para participar da priorização da aplicação dos recursos
269 da cobrança junto ao setor elétrico. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs que
270 fosse inicialmente analisada a proposta sob a perspectiva de rios de domínio da União,
271 considerando o § 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000. Com relação aos rios de domínio
272 estadual, prosseguiu, analisaríamos na próxima reunião uma proposta a ser elaborada
273 conjuntamente pelo Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) e Sr. Jessé Costa (CERH-SE),
274 com as participações do Sr. Ademar Veiga (ANA) e do Sr. Valter Otaviano Jr.
275 (CONJUR/MMA). A proposta foi acatada por todos. Complementando, foi solicitada a inclusão
276 das duas propostas de resolução como item de pauta da reunião ordinária do CNRH prevista
277 para dezembro próximo. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) alertou para a importância
278 da determinação dos procedimentos para a definição prévia das prioridades, anterior à
279 apreciação da plenária. Passou-se então ao item 3 de pauta: elaboração da proposta de
280 composição para as seguintes CTs do CNRH: Águas Subterrâneas – CTAS; Análise de Projeto
281 – CTAP; Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT; Ciência e Tecnologia –
282 CTCT; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. A
283 proposta de composição foi elaborada com base no interesse de participação encaminhado
284 pelos Conselheiros (**Anexo X**), em resposta ao Ofício nº 109/CNRH/2004, levando-se em
285 consideração o estabelecido no artigo 25 do Regimento Interno do CNRH, além da
286 equivalência de participação dos segmentos representados no CNRH. Os debates tomaram
287 todo o período da manhã deste segundo dia de reunião, ficando concluída a proposta
288 conforme **Anexo XI**. Às 12h15, foi proposta pausa para almoço, com retorno às 14h40. O
289 Sr. Jessé Costa (CERH-SE) sugeriu a realização da reunião de dezembro da CTIL em Ribeirão
290 Preto-SP. Ficou então definida a data de 13 e 14 de dezembro próximo. Passou-se ao item 9
291 de pauta: análise dos aspectos institucionais e legais da integração da gestão de recursos
292 hídricos e de águas minerais, conforme ofício conjunto encaminhado pela CTAS e CTPOAR
293 (**Anexo XII**). A Sra. Patrícia Boson (Indústria) fez um breve histórico sobre o assunto,
294 destacando o ofício encaminhado pelas CTs acima, que evidenciaria a longa discussão na
295 CTAS sobre a integração da gestão de recursos hídricos e de águas minerais. Apontou um
296 impasse deflagrado quando da abordagem conjunta dos instrumentos distintos utilizados
297 pela gestão de recursos hídricos e das águas minerais, respectivamente a outorga de uso da
298 água e a concessão de lavra. Disse que a ABINAM, entidade civil para a defesa dos interesses
299 do segmento de exploração das águas minerais, vinha se empenhando na qualificação do
300 comércio dessas águas e contra a sua desmineralização. Esclareceu que a entidade em
301 momento algum havia se posicionado contrária à integração da gestão de recursos hídricos e
302 águas minerais. As controvérsias, prosseguiu, seriam baseadas no Código de Mineração, de
303 1945, que, com respaldo na CF de 1988, estabelecia a água mineral como um bem de
304 domínio da União. Ressaltou que a exploração de águas minerais se constituía em 3% dos
305 30% dos usos da água no País, considerando que a agricultura irrigada corresponderia aos
306 demais 70%, não se configurando, dessa forma, no seu maior problema. Observou que no
307 Seminário realizado no âmbito da CTAS para debate do tema constitui-se consenso sobre a
308 caracterização da água mineral como um bem mineral, ou uma jazida, que faria conexão

com as águas superficiais em pouquíssimas situações. Disse que a resolução pretendida no âmbito da CTAS se propunha a integrar de forma sistêmica as duas gestões, mas que os debates haviam se configurado numa disputa entre os instrumentos distintos de concessão. Informou que o segmento havia apresentado uma proposta alternativa de resolução visando uma efetiva integração, com compartilhamento de informações entre os órgãos gestores, indicando ainda que o instrumento do DNPM, a concessão de lavra, deveria ser compreendido também como um instrumento da gestão de recursos hídricos, a ser debatido sob o enfoque da CTPOAR, ou seja, na busca da integração de procedimentos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) apontou a gestão de recursos hídricos como um sistema com interdependências entre os usos da água, com suas influências recíprocas. Disse que a outorga asseguraria direitos para um usuário de água, além de atuar como um instrumento de controle. Expôs seu entendimento pela interligação da água em todo o ciclo hidrológico, sendo a água mineral um veículo que transportaria mais minerais do que o normalmente encontrado. Manifestou-se favoravelmente pela necessidade de outorga para a exploração de águas minerais, faltando a definição do “por quem” e com quais procedimentos. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse não ter dúvidas quanto às influências expostas, mas que não ocorreriam no caso das águas minerais, de um modo geral encontrada em jazidas delimitáveis. Destacou a necessidade de um enfoque da água mineral como um bem estratégico para o País. Opinou que o DNPM também exerceria o direito de concessão, como a outorga o seria, e que o compartilhamento de informações carecia de iniciativas de ambos os lados. Dispôs que na França a água mineral se enquadrava em legislação específica, no âmbito inclusive da saúde. Concluiu ratificando seu posicionamento favorável à integração dos procedimentos, que poderia ocorrer inclusive em outras esferas, como os planos de recursos hídricos ou no âmbito dos Comitês. O Sr. José Cupertino (ABINAM) considerou a água mineral como um destaque para os interesses do País, que estaria descobrindo uma nova riqueza mineral. Opinou que suas reservas seriam delimitáveis, carecendo entretanto de instrumentos para tanto. Disse que partir da delimitação de uma jazida essa água passaria a ser considerada um bem mineral, cuja exploração seria passível de concessão do DNPM. Concluiu expondo sua concordância com a necessidade de integração entre os procedimentos de outorga e de concessão de lavra. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que não se poderia desconsiderar a relevância das águas minerais no balanço hídrico. Destacou a gestão estratégica de recursos hídricos como uma questão acima dos debates empreendidos. Registrou o pleito da sociedade civil – ONGs e outros quanto ao restabelecimento da Comissão de Crenologia, que foi um compromisso assumido pelo DNPM. Expôs seu entendimento pela necessidade de construção, prevendo-se a integração desses instrumentos, com tratamento adequado sob a égide do CNRH. O Sr. Valter Otaviano (CONJUR/MMA) destacou a oportunidade do Seminário realizado pela CTAS, quando foi convergente a necessidade de integração dos instrumentos de concessão e outorga. Disse que o Código de Mineração, de 1945, uma vez recepcionado pela CF de 1988, havia se tornado um novo código sob essa perspectiva, baseada no exercício da atividade econômica calcada no uso sustentável dos recursos hídricos. Indicou a água mineral como um bem mineral possuidor de caráter estratégico que, entretanto, não poderia ser tratado como os demais recursos minerais, não cabendo, por exemplo, se enxergar a sua exauribilidade acima do viés econômico. A Sra. Cristina Campos (DNPM) manifestou sua concordância com a colocação das peculiaridades da água mineral que a classificariam como um bem mineral e postou-se a favor da integração dos procedimentos dos dois instrumentos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou a concordância obtida quanto a inserção das águas minerais no sistema de gerenciamento de recursos hídricos, cabendo a análise de como procedê-la. Ponderou que uma água considerada mineral poderia ter seus padrões alterados com o tempo, podendo inclusive perder essa característica. Questionou se o Código de Mineração garantiria o uso prioritário da água para o abastecimento humano em situações de escassez, o que evidenciaria uma contradição com a legislação posterior no que se refere a um dos princípios fundamentais da Política Nacional de Recursos Hídricos. Concluiu pela existência de uma base de entendimento pela necessidade de integração do uso da água mineral no sistema de gestão de recursos hídricos. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) expôs seu ponto de vista de que toda água seria mineral, apenas em maior ou menor teor. A recepção do Código de Mineração pela CF de 1988, prosseguiu, reconhecendo a água como um bem mineral, diferenciado dos demais por estar inserida na gestão de recursos hídricos. O Sr. Carlos Alencastre (Comitês) apontou um impasse nos debates e considerou que abdicar do instrumento de outorga para as águas minerais prejudicaria a condução do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. O Sr. José Cupertino (ABINAM) esclareceu que o DNPM

teria a incumbência de conceder autorização de pesquisa para que o empreendedor procedesse a análise da qualidade da água mineral e a viabilidade de sua exploração. Relatou que a exploração de águas minerais carecia de registro na ANVISA, configurando uma integração com a área da saúde. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) reafirmou o caráter estratégico da água mineral para o País e o seu posicionamento pela integração dos procedimentos de concessão e outorga. Em resposta ao questionamento do Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), disse que o Código de Mineração não previa a utilização da água mineral para o abastecimento humano em caso de escassez. Observou também que, da forma atual, o instrumento de outorga carecia de informações para efetivação do controle pretendido. Opinou que a integração das águas minerais dentro da gestão de recursos hídricos não deveria se restringir apenas ao instrumento da outorga, mas ser abordada no âmbito de instrumentos mais amplos, como os planos de recursos hídricos. O Sr. Valter Otaviano (CONJUR/MMA) destacou que a resolução em debate abordaria a integração do instrumento de concessão do DNPM e a outorga dos órgãos gestores da água. Disse que a abordagem da questão sob a visão ampla dos planos não deveria eliminar a outorga, que externaria a visão do órgão gestor de recursos hídricos. O Sr. Emanuel Queiroz (DNPM) prestou esclarecimento que a Comissão de Crenologia que consta do Código de Mineração estaria na eminência de ser reativada no DNPM por ato do Presidente da República. Disse que a água mineral faria parte do ciclo hidrológico, sendo a sua associação com o meio físico a responsável pela sua caracterização como bem mineral. Sustentou a existência da possibilidade de exauribilidade de uma jazida. Destacou a importância da integração dos procedimentos, que não deveria ocorrer estritamente sob a visão da outorga. Observou que a Lei nº 9.433, de 1997, não daria destaque para as águas minerais e que, portanto, não trazia sustentabilidade para a solicitação de outorga para o seu uso. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) destacou o tratamento diferenciado dado às águas minerais pela Legislação, já que há um código específico, que é o Código de Águas Minerais (Decreto Lei nº 7.845, de 1945). Portanto, complementou, não fora tratada dentro do Código de Mineração e nem do Código de Águas, hoje em parte revogado pela Lei nº 9.433, de 1997. Assim, prosseguiu, há hoje três instrumentos legais distintos, permanecendo uma disciplina específica e diferenciada para as águas minerais. Disse que há de se examinar esse assunto, sob esse prisma, para ver se a concessão de lavra não seria uma forma de outorga de uso da água adotada pelo Código. Concluindo, disse que haveria ainda de se verificar o conteúdo desse dois atos administrativos, para ver se faria sentido a exigência de dois instrumentos, para que não se caracterize um exagero burocrático. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ponderou que numa determinada fonte o padrão de uma água considerada mineral poderia sofrer variações que a descaracterizariam como tal. Questionou se um mesmo aquífero poderia apresentar fontes com água caracterizada como mineral e outras com água não caracterizada como tal. Em resposta, o Sr. Emanuel Queiroz (DNPM) disse que jazimentos diferentes poderiam ocorrer num mesmo aquífero. Em continuidade, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que tal fato comprovaria a necessidade de gerenciamento integrado único dentro do SINGREH. Conclamou pelo consenso da necessidade da água mineral, como água, ser integrada dentro do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, sujeita aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Com essa conclusão, disse, poderíamos proceder ao encaminhamento do tema à CTPOAR, para análise da forma de integração. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) opinou que os debates deveriam se estender e inclusive extrapolar o âmbito dessa CTIL, para uma construção conjunta com as demais CTs e atores envolvidos, que deveriam ser convidados quando da inserção do tema na pauta. A Sra. Francis Priscilla Hager (SRH/MMA) destacou a longevidade desse tema nos debates da CTAS. Ressaltou a utilização das águas crenológicas nas estâncias hidrominerais e toda a questão sócio-econômica envolvida, mesmo considerando a abordagem mais ampla pretendida nessa resolução e a questão estratégica inerente. Opinou pela necessidade da outorga para que as águas minerais fossem consideradas no sistema de gerenciamento de recursos hídricos, o que garantiria, inclusive, os direitos do empreendedor. Disse que os debates na CTAS sempre foram pautados na proteção ambiental e na integração. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) concordou que a discussão sobre o tema deveria prosseguir com debate amplo nas CTs do CNRH, com base no consenso obtido pela integração e considerado o seu amparo legal. O Sr. José Cupertino (ABINAM) conclamou pelo objetivo comum de construção e a busca de pontos de consensuais. Disse que um jazimento de água teria características especiais e, portanto, carecia de enfoque especial. O Sr. Jackson Reis (Lazer e turismo) encareceu pedidos pela reativação da Comissão de Crenologia. A Sra. Ninon Machado (ONGs) alertou que as águas minerais deveriam ser abordadas durante as

discussões em andamento sobre a construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A Sra. Ana Paula Cattini (ANA) se posicionou pela necessidade de integração dos dois instrumentos, destacando que caberia a análise de como ela ocorreria e com a participação de quais instrumentos da PNRH. Opinou que a inserção das águas minerais no ato administrativo da concessão de lavra não a excluiria do ato da outorga, cabendo análise das suas finalidades. Disse que a Lei nº 9.433, de 1997, não fazia distinção das águas minerais pela sua própria condição posterior ao Código de Mineração. Foi consenso que os debates deveriam prosseguir nas próximas reuniões da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) expôs sua preocupação que os debates não deveriam retornar aos pontos iniciais já consensados: a necessidade de integração dos instrumentos de concessão e de outorga; e que a água mineral poderia ter um tratamento diferenciado para participar do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Partindo dos pontos acima, sugeriu a solicitação de pareceres das Consultorias Jurídicas do MMA e do MME, além da participação ativa da CTPOAR, devendo a CTIL ater-se aos aspectos legais e institucionais. Com a concordância de todos, foi definido que o tema retornaria para debate na primeira reunião de 2005, uma vez recebidos os pareceres das CONJURs. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ratificou a importância do registro do consenso de que a água mineral estaria inserida na gestão de recursos hídricos. Em discordância, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou registro do seu posicionamento pela integração dos sistemas, cabendo o estudo da definição da sua forma. Tendo em vista as discordâncias finais quanto aos pontos ditos consensuais, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ratificou o retorno do tema para continuidade dos debates, que deveriam se basear nos pareceres solicitados às CONJURs. Finalizando, destacou que a busca pelo interesse comum deveria ser construtiva. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) sugeriu a realização da reunião de dezembro da CTIL em Ribeirão Preto-SP, com apoio do Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês); ficou então definida a data de 13 e 14 de dezembro próximo para tanto. Com isso, às 17h10, considerando a impossibilidade de tempo para debate dos itens 4 e 10 de pauta, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) encerrou os trabalhos desta 68ª reunião da CTIL, agradecendo a presença e o empenho de todos.

RESUMO DA REUNIÃO:

- houve manifestação com referência à posição expressa por alguns membros da CTIL quanto ao tema da transposição das águas do rio São Francisco;
- item 2: aprovada a ata da 67ª reunião da CTIL;
- item 6 de pauta: foi sugerido que o GT deveria se ocupar de uma abordagem da regulamentação da Lei nº 10.881, de 2004, voltada para a busca de um auxílio ao processo que está em andamento; o Sr. Ademar Veiga (ANA) se comprometeu a analisar a possibilidade de um novo encaminhamento para a próxima reunião;
- item 8: ficou definida a elaboração de ofício de encaminhamento dos questionamentos levantados nesta reunião sobre a revisão da Resolução CONAMA nº 20 à CONJUR/MMA, com solicitação de emissão de parecer para subsidiar os debates subseqüentes na CTIL;
- item 5: foi acatada a proposta do Sr. Jessé Costa (CERH-SE) de elaboração de duas propostas de resolução distintas, uma para cada um dos diferentes domínios da água; a análise dos textos será feita na próxima reunião da CTIL; foi solicitada a inclusão das duas propostas de resolução na pauta da XII Reunião Ordinária do CNRH, prevista para dezembro próximo;
- o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) apresentou para apreciação uma proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH de forma a abrigar as modificações trazidas pelo Decreto nº 5.263, de 2004; o texto foi aprovado com modificações e solicitado seu encaminhamento para deliberação superior da plenária do CNRH e publicação por Portaria da Sra. Ministra do Meio Ambiente;
- item 3: foi concluída a elaboração de proposta de composição para cinco Câmaras Técnicas do CNRH (CTAS, CTAP, CTGRHT, CTCT, CTPOAR), cujo mandato dos membros se encerrará em 31 de janeiro de 2005;
- o Sr. Jessé Costa (CERH-SE) sugeriu a realização da reunião de dezembro da CTIL em Ribeirão Preto-SP, com apoio do Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês); ficou então definida a data de 13 e 14 de dezembro próximo para tanto;
- item 9: foi definido que o tema retornaria para debate na primeira reunião de 2005, uma vez recebidos os pareceres solicitados às Consultorias Jurídicas do MMA e do MME;
- item 7: cancelado pela impossibilidade da presença do palestrante.

Ata aprovada na 69ª reunião, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2004.

492
493
494

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator